



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 12.286/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do **Presidente da PBPrev**, concedendo Pensão por morte da servidor José Fernandes de Souza, Técnico Judiciário, Matrícula 537.969, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária Eneida Alves Fernandes. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo dos benefícios elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Eneida Alves Fernandes.

É o voto

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
1ª CÂMARA

Processo TC nº 12.286/17

Objeto: Pensão
Beneficiário(a): Eneida Alves Fernandes
Servidor (a): José Fernandes de Souza
Órgão: PBPprev
Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato
Procurador/Patrono: Não Há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC – nº 2.478/2017

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 12.286/17, referente à concessão de Pensão por morte do servidor José Fernandes de Souza, Técnico Judiciário, Matrícula 537.969, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária Eneida Alves Fernandes, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento a Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 09 de novembro de 2017.

Assinado 16 de Novembro de 2017 às 12:31



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 14 de Novembro de 2017 às 17:38



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 17 de Novembro de 2017 às 08:53



Bradson Tibério Luna Camelo
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO